
Paixão e Discurso: por que sentimos o que sentimos?

João Carlos CATTELAN *
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Resumo: Este estudo pretende, mais do que apresentar considerações finais e cabais sobre um objeto de estudo quantitativamente significativo, formular e dar uma base de demonstração à hipótese de que de *sentimos o que sentimos movidos pela formação ideológica e discursiva a que pertencemos*. Parece bem assentado que pensamos à luz da formação ideológica que nos açambarca; também parece inegável que dizemos o que nossa formação discursiva determina. A hipótese que desejo assentar de uma forma relativa é que os nossos afetos e as nossas paixões também são movidos e vividos à luz da formação que estabelece os limites para as possibilidades da “nossa” sensibilidade afetiva.
Palavras-Chave: discurso; sensibilidade; paixão; injunção.

Abstract: Apart from presenting accurate and final considerations on a quantitatively significant object of study, this study intends to formulate and to offer a demonstration basis of the hypothesis that we feel what we feel moved by the ideological and discursive formation to which we belong. It seems to be accepted that we think guided by the ideological formation that involves us; it also seems undeniable that we say what our discursive formation determines. The hypothesis I intend to demonstrate in a relative

* Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Atua no Curso de Letras do campus de Marechal Cândido Rondon e no Mestrado em Letras do campus de Cascavel. Endereço: Rua Pernambuco, 1217, Centro, Cascavel, Paraná, CEP 85.810-021. Contato: cattelan@unioeste.br; cattelan@brtrubo.com.br.

way is that our affection and our passions are also moved and lived in the light of the formation that establishes the limits for the possibilities of “our” affective sensibility.

Key-words: Discourse, Sensibility, Passion, Injunction.

Introdução

Que o homem seja considerado um ser predestinado a viver em sociedade e faça da vida dos outros o pêndulo para que a sua vida tenha uma referência para a constituição da sua identidade, quer isto se dê em termos do uso de um nome próprio, que lhe confere uma família e uma pertença, de uma habitação geográfico-espacial, que lhe orienta o caminho de retorno após as lidas com as trivialidades da vida mundana, ou de um tempo cronológico, que o situa historicamente e lhe dá coordenadas de ação a cada vivência, é uma tese erigida há séculos e tomada como estando estabelecida: inquestionável. Captar as implicações que esse pleito representa para a vida social e para a vida particular de cada um é algo que se vai conquistando com vagar e penosamente.

Sabe-se que os homens pensam de acordo com a comunidade social em que se acham inseridos, valorizando ou desvalorizando, elogiando ou denegrindo, aceitando ou rejeitando o que os cerca, à luz dos ditames imperativos de uma conjuntura social que os ultrapassa e, em geral, dirige a cada um no mais absoluto silêncio, que, aliás, é crucialmente necessário para que a sua eficácia se cumpra. Mas esta é uma afirmação estabelecida em diferentes teorias e disciplinas. Sabe-se, ainda, que eles dizem o que dizem movidos por uma formação discursiva que os orienta na produção de discursos e que permite que determinados enunciados possam ser proferidos, enquanto outros permanecem em silêncio, porque devem ser denegados ou porque permanecem insuspeitos. Essas são duas percepções que indicam consequências da tese de que o homem é social e vive a fatalidade de se relacionar com os outros. Já que estão estabelecidas, elas podem ser deixadas à sombra.

Pretendo, com as reflexões efetuadas neste estudo, indicar uma terceira consequência da tese indicada, que apresento a título de hipótese a ser confirmada ou negada à luz de outros estudos e que o leitor pode contribuir para desestabilizar e não como forma de pôr um ponto final numa questão que me parece bastante controversa e sobre a qual estudiosos de vários ramos do conhecimento teriam o que dizer e especificar. Esta terceira consequência se refere ao fato de que procuro sustentar que, como se pensa o que se pensa e se diz o que se diz à luz do pertencimento social, também se sente o que se sente a partir do movimento imposto pela ordem social de que se faz parte. Dito de outro modo: assim como as nossas crenças e dizeres são relativamente determinados pela comunidade em que vivemos, também a nossa sensibilidade é construída no intercâmbio social de que tomamos parte. Dito de outro modo ainda: a hipótese que desejo assentar de uma forma relativa é que os nossos afetos e as nossas paixões também são movidos e vividos à luz da formação que estabelece limites para as possibilidades da “nossa” sensibilidade afetiva.

1 Suportes de Reflexão

Penso que seja possível afirmar que os nossos afetos e paixões e, conseqüentemente, as nossas reações sentimentais, emotivas, volitivas e passionais sejam também comandadas pelo processo de inserção social a que cada um é submetido ao longo da vida e pelo ensino (imposto de fora) que é realizado, no sentido de indicar a cada um como deve reagir, se com escárnio ou com simpatia, frente aos objetos que logram se tornar passíveis de preocupação. Desejo chamar a atenção para o fato de que aquilo que sentimos resulta do que é experimentado de uma determinada maneira, tendo como referência as percepções e reações emotivas do grupo social e, neste caso, “sensitivo” a que cada um de nós se filia. Isto equivale a afirmar que aprendemos a emitir juízos de valor que afetam a nossa sensibilidade de acordo com a sensibilidade geral que afeta a nossa comunidade de crenças. As reações afetivas que temos não se devem a alguma forma de

particularidade individual que nos leva a julgar o que observamos como bom ou mau, belo ou feio, simpático ou antipático, educado ou grosseiro; elas resultam de incorporações aprendidas sobre como reagir e responder aos “discursos” com que nos deparamos. No limite, penso poder afirmar (embora a hipótese não seja agradável) que nos apaixonamos por estereótipos sociais que ditam os padrões do apaixonante e daquilo que é digno de ser amado; ou, na contramão desta mirada, odiamos o que é concebido como sendo “odíavel”: não porque o seja, mas porque é dito que é e assim deve ser entendido.

Insights provindos de autores cuja filiação teórica pertence a quadros epistemológicos distintos apresentam um alicerce promissor para a reflexão que pretendo apresentar, embora reconheça que a aproximação entre eles possa ficar parecendo um pouco insólita. O primeiro apoio provém de Freud (1969), cuja vertente teórica é a psicanálise, e se refere pontualmente à noção de *conformidade psíquica*, tal como é desenvolvida na obra **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. Embora o autor coloque como problema de investigação a produção dos chistes, as técnicas da sua construção, a sua psicogênese e a sua relação com os sonhos e com o cômico, na parte B da obra, no inciso V, “Os motivos dos chistes – chistes como processo social”, ele indica a necessidade de uma terceira pessoa para que o chiste atinja o seu objetivo que seria, de acordo com ele, a busca da liberação momentânea da energia psíquica despendida para a contenção de repressões e recalques, anulando-a e permitindo que o riso derrisório sobre temas proibidos possa ocorrer. Distinguindo jogo, gracejo e chiste, o autor afirma que, no último caso, “Devíamos dizer que o riso se dá quando uma cota de energia psíquica, usada anteriormente para a catexia de trajetos psíquicos particulares, torna-se inutilizável; de modo que essa (energia) pode encontrar descarga livre” (FREUD, 1969, p. 141). O riso provocado pelos chistes adviria, portanto, da possibilidade momentânea e fugaz de explicitar o interdito, de afirmar o proibido e de dar vazão ao recalque, à censura e à repressão.

Conforme afirma Freud, para que a satisfação buscada pelo produtor do chiste possa ocorrer, ele carece de uma terceira pessoa que partilhe do mesmo sistema de repressões e coerções e que possa se valer do dito chistoso para “a suspensão de outras inibições; [...] a despesa na elaboração do chiste é, em qualquer caso, deduzida da produção (do prazer) resultante da suspensão da inibição - uma despesa que é idêntica à evitada pelo ouvinte do chiste” (FREUD, 1969, p. 144). O autor permite, portanto, deduzir que, entre o autor do chiste e quem o recebe, deve haver uma comunhão de valores, crenças, recalques e repressões, para que o chiste possa provocar o riso sobre aquilo que, normalmente, não é submetido à crítica, à sátira ou à derrisão. Sem esse solo comum de percepções e julgamentos, o dito chistoso não funcionaria e o prazer buscado não seria obtido.

Dentre as condições que a terceira pessoa deveria atender para que o chiste alcance o seu objetivo, a primeira indicada por Freud (é ela que interessa para este estudo) se “refere às qualificações necessárias à terceira pessoa enquanto ouvinte do chiste. É essencial que esta esteja em suficiente *acordo psíquico* com a primeira pessoa quanto a possuir as mesmas inibições internas, superadas nesta última pela elaboração do chiste” (FREUD, 1969, p. 144) (grifo meu). Percebe-se que, se a terceira pessoa possuir um terreno de crenças distinto do produtor do chiste, o riso não é alcançado, pois não há uma força psíquica inibitória comum entre ambos. Por fim, vale mencionar a afirmação de Freud de que “todo chiste requer seu próprio público: partilhar o riso diante dos mesmos chistes evidencia uma abrangente *conformidade psíquica*” (FREUD, 1969, p. 144) (grifo meu). Espero ter esboçado, de uma forma rápida e bastante sumária, os pleitos de Freud sobre a produção do riso pelo chiste e ter indicado a relação que pretendo criar entre essas reflexões e as reações afetivas e passionais que ocorrem no leitor. Defendo que elas ocorrem também a partir de um amplo acordo psíquico de base social.

O segundo amparo provém de Foucault (1997), cujos eixos centrais de reflexão se articulam sobre a arqueologia do saber e a genealogia do poder, e é relativo especificamente ao conceito de

alma coletiva, como aparece teorizado na obra **Vigiar e punir**. Embora o autor se coloque como questões de estudo a punição, as tecnologias de uso corporal, o suplício, a mitigação das penas, o controle, a vigilância, a ilegalidade, a delinquência, o panoptismo e a sociedade carcerária, na primeira parte da obra, “Suplício”, especialmente no capítulo primeiro, “O corpo dos condenados”, ele teoriza um conceito de alma, entendendo-a como “o correlativo atual de certa tecnologia do poder sobre o corpo” (FOUCAULT, 1997, p. 28). Para o autor, a alma que nos habita e nos auxilia a resolver o problema de ter que discernir entre o bem e o mal, entre o bom e o ruim, não é uma ilusão: ou seja, uma pura construção idealista platônica e romântica que seria insuflada em cada um pelo sopro divino; nem os resquícios de uma ideologia que permaneceria sendo repetida: ou seja, sobras de um imaginário que nos habitaria e que seria resultado de condicionantes sociais ditados por interesses particulares de grupos. Ela teria “uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos [e somos todos]” (FOUCAULT, 1997, p. 28).

Consideradas as hipóteses do autor, deve-se aceitar que os padrões de referência que ditam normas de comportamentos e atitudes e dizem como pensar, agir e sentir são derivados de um poder que se impõe sobre cada um, definindo que uso fazer do corpo (em sentido extremamente lato) e como deve valer-se dele nas condições sociais em que se encontra situado. Ou seja: a alma que nos habita e que parece permitir que distingamos entre o certo e o errado não tem uma gênese individual, particular ou subjetiva; ela resulta de um processo social de construção, de formação e de educação e de um poder micro-físico que se abate sobre “os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência” (FOUCAULT, 1997, p. 28). Esta alma que norteia nossas ações e estabelece o pêndulo da nossa grade de valores, para o autor, “nasce [...] de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de

coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de certo tipo de poder e a referência de um saber” (FOUCAULT, 1997, p. 28).

Penso ser possível afirmar que, de uma forma breve, esses são os princípios gerais que permitem que o autor construa uma representação da sociedade como sistema carcerário caracterizado pelo panoptismo, na qual um poder micro-físico, ramificado, tentacular e sináptico se encontra instaurado ditando a todos e a cada um como proceder nas mais diversas situações de relação interpessoal. Para Foucault, deve-se lembrar que o poder não supõe, de um lado, quem o tem e, de outro, quem se encontra alijado dos processos decisórios. Ele se tece entre todos e é tecido por cada um, reforçando-se nas sujeições a que cada um submete o outro, cobrando que aja “normalmente”. Espero ter descrito, de um modo muito breve, os fundamentos de Foucault sobre a produção do panoptismo e da sociedade como um grande cárcere e ter trazido à tona a analogia que espero estabelecer entre a tese do autor e as reações afetivas e passionais que acontecem no leitor frente ao discurso. Creio, como já afirmei, que elas se devem à alma coletiva estabelecida socialmente.

O terceiro ponto de apoio é dado por Bakhtin (1976), para quem o solo partilhado que permite que um enunciado seja visto como normal se constitui a partir de um *apoio coral*, que, pelo acordo tácito que existe entre os interlocutores, pode continuar à sombra, resistindo ao tempo e à história e regando os processos discursivos. Para o autor, o discurso só é inteligível por sua remissão ao contexto extraverbal que o circunda. Na sua falta, o efeito de sentido do enunciado fica comprometido. Um discurso, mesmo que tenda a parecer auto-suficiente e passe a impressão de que, por si só, detém todos os ingredientes necessários para a sua descrição semântica, somente é captado na sua peculiaridade, se for associado às suas condições históricas de aparecimento. Para o pensador russo,

a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age de fora, como se fosse uma força mecânica. [...] A situação se integra ao

enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Conseqüentemente, um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte subentendida. (BAKHTIN, 1976, p. 6)

Neste estudo, é a essa parte subentendida que desejo dar ênfase, pois entendo que é ela que determina a forma de reagir afetiva e passionalmente e que, tendo sido descoberta, revela a sustentação dos discursos e permite a consciência dos alicerces do dizível que comandam silenciosamente a proferição ruidosa dos discursos. Embora Bakhtin (1976) se refira à situação extraverbal de produção do enunciado e ele a entenda, às vezes, como algo que se aproxima do contexto imediato de contato entre os interlocutores, quero fixar o ponto em que este conceito aparece expandido até o limite que se refere ao todo constitutivo que vai do enunciado à enunciação, sendo um dos seus elementos essenciais. Essa expansão é prevista pelo próprio autor, para quem o extraverbal seria composto “pelo horizonte espacial dos interlocutores”, que dá acesso a um “conjuntamente visto”, pelo “conhecimento e a compreensão comum da situação”, que dá acesso ao “conjuntamente sabido”, e pela “avaliação comum da situação”, que dá acesso ao “unanimemente avaliado” (BAKHTIN, 1976, p. 6-7). Para ele, “é disto tudo que o enunciado depende diretamente, tudo isso é captado na sua vida real, viva implicação – tudo isso é sua própria sustentação. E, no entanto, tudo isso permanece sem articulação ou especificação verbal”. O suporte dos discursos, portanto, faz parte do inarticulado e não possui especificação verbal, embora possa ser recuperado a partir do enunciado.

Entendo que, para o autor, a parte propriamente linguística do discurso não pode ser pensada como autônoma em relação às suas circunstâncias históricas. Uma visibilidade, um saber e um sistema de avaliação comum são necessários para que dois interlocutores, quando presentes numa relação intersubjetiva,

possam interagir, efetuar evocações laterais, serem cúmplices e se basearem em discursos pré-estabelecidos, o que permite a deriva imediata para a hipótese que ratifico mais uma vez: a nossa sensibilidade é normalizada socialmente.

2 Sobre o *Corpus* de Dados

É bastante ambicioso afirmar que estou trabalhando com um *corpus* de dados, uma vez que me ancoro num texto/discurso único e pretendo, valendo-me dele, estabelecer um ponto de vista bastante (se não excessivamente) genérico. Mas vou ter que assumir o risco, dado o volume desse estudo e a pretensão de que, seres sociais que somos, não agimos de maneira relevantemente distinta uns em relação aos outros, porque temos uma ampla conformidade psíquica, possuímos uma alma coletiva e nos pautamos num apoio coral. O texto/discurso de que me valho para defender a hipótese apresentada vem transcrito integralmente a seguir por duas razões: a) para que o leitor possa tê-lo à disposição e checar se a hipótese deve ser negada ou corroborada; b) porque, ao recebê-lo por e-mail na forma de mala direta, foi ele que me fez erigir a hipótese defendida e buscar algum tipo de teste que permitisse uma base minimamente maior de sustentação ou refutação.

Carta aberta à futura Secretária de Educação do Rio de Janeiro, Cláudia Costin
Por Declev Dib-Ferreira, em Brasil: país dos absurdos
Desabafo, Educação, Opinião, Política, Reflexões

Prezada Cláudia,

Sou funcionário do município do Rio, professor de Ciências. Tenho este cargo por mérito próprio, por passar em um concurso, há quase 5 anos – não tenho cargo por indicação política. Li uma matéria com uma entrevista sua no O Globo, dia 08 de novembro de 2008, página 18. Na ocasião, algumas frases e propostas me chamaram a atenção. Tanto pela

inocência quanto pela maldade das mesmas. Gostaria de, mui respeitosamente, discutir alguns pontos.

Vejamos: 1 – Você diz que pretende “investir na qualificação de professores, que poderão ganhar computadores portáteis”. Eu agradeço muito o computador, porque estou precisando, pois o meu pifou. Mas isso, sinceramente, não creio que seja investir na qualificação do professor. Já tive a oportunidade de escrever sobre isso por aqui, quando da mesma compra pelo Estado. Tenho um amigo que ficará com 5 computadores portáteis em casa e não sabe o que fazer com tantos. Ele e a esposa são professores, ambos do Estado e da prefeitura do Rio. Já tinham um, ambos ganharam do Estado e ambos ganharão da prefeitura. Professores, cara futura secretária, querem salário decente. Com ele podem comprar seus próprios computadores. E muitos já o fizeram, pois o preço baixou bastante. Eu mesmo ia comprar um – como eu disse, o meu pifou – mas não vou. Estou esperando ganhar. Mas preferia um bom aumento de salário para comprar o que eu próprio escolhesse e ainda aumentar minha renda.

2 – Você faz uma pergunta: “Por que uma cidade que tem tantos mestres e doutores de qualidade não consegue fazer um Ideb compatível com os de países desenvolvidos?”. O Demétrio Weber já respondeu, mas eu insisto em te responder esta pergunta também. E o principal motivo é simples: porque mesmo sendo mestres ou doutores de qualidade, temos que trabalhar em dois, três, quatro ou mesmo em cinco lugares diferentes para poder somar renda e ter um salário “compatível com os de países desenvolvidos”!!! Sem contar as condições em que trabalhamos, secretária, que nem de longe é “compatível com os de países desenvolvidos”. A pergunta deveria ser ao contrário: “por que não tratamos como os países desenvolvidos os nossos tantos mestres e doutores de qualidade?”.

3 – Por fim, sua maior pérola, a frase “Quando um aluno é reprovado, é sinal que o professor falhou”. Fico muito, muito, muito apreensivo que uma pessoa que tenha este pensamento venha a coordenar a maior rede municipal da América Latina. Para facilitar o entendimento da minha lógica – que pode ser muito profunda para quem nunca entrou numa sala de aula do ensino fundamental de uma escola encravada numa favela – farei um paralelo com o médico. Imaginemos uma pessoa que desde que nasceu não tem cuidados médicos, não se cuida, não faz exercícios, não se alimenta direito, bebe, fuma, é sedentário, estressado etc. Essa pessoa passa mal e vai ao médico. O médico receita remédios e faz uma série de recomendações dizendo que, se não as seguir, ele pode morrer. O doutor marca uma nova consulta para daqui a alguns meses, para verificar o seu progresso. A pessoa não fez nada do que o médico receitou e ainda faltou à consulta. Passa mal de novo e vai ao médico. O doutor dá uma bronca, faz as mesmas recomendações, passa as receitas novamente, marca uma nova consulta. O paciente, mais uma vez não faz o que o médico manda e morre. O médico falhou? Pela sua lógica, “quando um paciente morre, é sinal que o médico falhou”. Ou será que neste caso a senhora achará que o culpado é o paciente, já que o médico fez o possível para salvá-lo. Será que o professor também não o faz? Vamos examinar o nosso caso, por partes e desde o início.

- a) quando a criança foi concebida, quem falhou foram os pais, que souberam gozar, mas não evitar a gravidez;
- b) quando a moça estava grávida falharam ela, o pai, a família e o Estado, que não deram a ela e ao feto um pré-natal decente – ou mesmo um pré-natal;
- c) quando ele nasceu e era um bebê cheio de necessidades falharam os pais que colocaram no mundo uma criança sem ter condições mínimas de criá-lo e falhou o Estado em não dar a ele o que necessitava para seu pleno desenvolvimento;

- d) quando ele era uma criança falhou o Estado mais uma vez por não oferecer a ele a pré-escola, tão importante no desenvolvimento intelectual e psicomotor nesta idade. Não obstante este ser um direito garantido pela Constituição Federal: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- e) nesta mesma idade e até tornar-se o adolescente ao qual a senhora se refere – aluno do fundamental – falham o Estado, as polícias, os bandidos, os filhinhos de papai, os atores da Globo, os artistas e todos aqueles que usam drogas, ao condená-lo a viver em um local extremamente violento, com disputas entre facções rivais, com invasões desumanas de policiais em suas casas e um cotidiano de estatísticas piores que de guerras;
- f) quanto à sua moradia, falham os políticos filhos da puta, o Estado, o empresários, os especuladores, por fazê-lo viver em submoradia, sem o mínimo de conforto, sem espaço para ele, com uma densidade demográfica japonesa dentro de sua casa;
- g) falham os publicitários que mentem para que ele não seja ninguém se não tiver o que ele não pode ter;
- h) falham as emissoras de televisão ao entrarem diariamente em contato com ele com imbecilidades que não ajudam em nada seu intelecto;
- i) falham os empresários de ônibus que o restringe de andar pela cidade por conta do preço da passagem e do péssimo serviço que oferecem;
- j) falham os locais culturais que são inacessíveis a ele (inacessíveis financeiramente ou mesmo culturalmente);
- k) falha a sociedade como um todo que o quer longe;
- l) falha a estrutura da escola que só o tem em um pequeno período do dia, deixando-o nas ruas no resto das 24h;
- m) falha o Corpo de Bombeiros que carrega bandidos carnavalescos desfilando em carro aberto pela cidade, ao mostrar que quem vale é quem tem dinheiro, não importa de onde vem;

- n) falham os jornais de grande circulação que estampam nas primeiras páginas, praticamente todos os dias, as fotos e colunas de fofocas de traficantes e outros bandidos – inclusive tenho O Dia que tem a primeira capa toda falando do casamento de um traficante – glorificando quem é bandido, mostrando a ele que esse é o caminho;
- o) falha o Conselho Tutelar ao superproteger mesmo quando fazem merda, nada fazendo e não mostrando que além de direitos também tem obrigações;
- p) falham as editoras de revistas que só colocam a preço de quase nada as revistas mais imbecis que existem, com fofocas e coisas do gênero; enfim, apesar de a Constituição prever que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (Art. 205), a senhora vem me dizer que “quando um aluno é reprovado, é sinal que o professor falhou”? Francamente. É justamente o professor que está lá dentro, cara futura secretária de educação, com o aluno, diariamente, tentando fazer com que ele estude, com que ele dê valor ao estudo, com que ele aprenda! O professor é praticamente o único que quer que ele seja alguém pela educação; o professor que luta contra toda a merda que a sociedade faz com ele desde antes dele nascer, para que ele se salve.

Veja, o que diz a Constituição Federal: CAPÍTULO II – DOS DIREITOS SOCIAIS Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Quais destes direitos o Estado – do qual você tem íntima relação, a ver pelos cargos que já ocupou – oferece ao aluno – e com qualidade? Quase nenhum, né? E você vem me dizer que é o professor que falha, como se só o que fazemos em sala de aula é o que conta, é o que faz um aluno ter sucesso ou não???

Assinado: Um professor mestre, doutorando que tem diversos empregos e luta para que seus alunos possam superar toda a merda que a sociedade faz com eles para que possam ser alguém na vida e que, justamente por se sentir incapaz de fazer isso com o que o Estado lhe oferece, não acredita em reprovação.

O texto transcrito acima e a partir do qual foi estabelecida a hipótese já repetida foi recebido por e-mail, tendo sido escrito pelo professor de Ciências, Declev Dib-Ferreira, e dirigido, na forma de carta aberta, à futura Secretária de Educação do Rio de Janeiro, Cláudia Costin, criticando-a pela proposta de doação de computadores aos professores como forma de investimento na educação e defendendo que o modo de incentivo seria a concessão de um “salário decente”. O autor se diz “um professor mestre, doutorando que tem diversos empregos e luta para que seus alunos possam superar toda a *merda* que a sociedade faz com eles para que possam ser alguém na vida e que, justamente por se sentir incapaz de fazer isso com o que o Estado lhe oferece, não acredita em reprovação”. Ele pretendia responder à entrevista dada pela secretária ao jornal **O Globo**, em que a secretária teria feito afirmações caracterizadas “tanto pela inocência quanto pela maldade”. O fio de textualização do discurso se concentra na busca de demonstração da pouca relevância da proposta da secretária de doar computadores aos professores, além de refutar enfaticamente as afirmações de que “uma cidade que tem tantos mestres e doutores de qualidade [deveria conseguir] fazer um Ideb compatível com os de países desenvolvidos” e de que “Quando um aluno é reprovado, é sinal que o professor falhou”.

Construindo um movimento argumentativo que oscila entre a busca do convencimento por meio da apresentação de enunciados de caráter objetivo e verificável e a tentativa de persuasão por meio de afirmações apelativas e emocionais, o autor busca estabelecer uma relação empática junto ao leitor para com o “seu” ponto de vista. São exemplos do primeiro caso as respostas dadas aos itens 1, 2 e 3 e todo o escalonamento de afirmações que é apresentado

nos tópicos de *a até p*, além do amparo no discurso de autoridade que é buscado na Constituição Federal. São exemplos do segundo caso todos os momentos em que os enunciados têm uma forte dose de apelação e de carga emotiva e produzem um efeito de sentido ilocutório de desabafo, como ocorre em “não tenho cargo por *indicação política*”, “falham o Estado, as polícias, os bandidos, os filhinhos de papai, os atores da Globo, os artistas e todos aqueles que usam drogas, ao condená-lo a viver em um local *extremamente violento*, com disputas entre facções rivais, com *invasões desumanas de policiais* em suas casas e um cotidiano de *estatísticas piores que de guerras*”, “falham os *políticos filhos da puta*”, “falham as emissoras de televisão ao entrarem diariamente em contato com ele com *imbecilidades* que não ajudam em nada seu intelecto”, “falham as editoras de revistas que só colocam a preço de quase nada *as revistas mais imbecis* que existem, com *fofocas e coisas do gênero*”, “direitos do Estado – do qual você tem *íntima relação*, a ver pelos *cargos* que já ocupou”, “*Franca*mente” e “toda a *merda* que a sociedade faz com eles”, com acento especial para a entonação usada nos termos e expressões postos em destaque. Cabe, por fim, chamar a atenção para uma passagem em especial: “Para facilitar o entendimento da minha lógica - *que pode ser muito profunda* para quem nunca entrou numa sala de aula do ensino fundamental de uma escola encravada numa favela”, em que a ironia e o sarcasmo e, com isso, a suspeição sobre a competência intelectual da secretária é explicitada. Penso poder afirmar que a grade de valores e de percepção do professor e da secretária pertencem a eixos opostos de defesas e visadas.

A hipótese que estou apresentando e a que espero dar uma sustentação mínima se apresentou no momento em que, ao ler o texto em análise, fui me apercebendo dos sentimentos que a leitura ia despertando à medida que os enunciados iam se desenrolando. Um misto de concordância, simpatia, alegria, solidariedade, respeito, satisfação, assentimento e identificação ia se construindo com relação ao autor, ao mesmo tempo em que, com relação às afirmações da secretária, por outro lado, decepção, raiva, indignação, desapontamento, desolação, reprovação e desprezo se avolumavam. Em algumas ocasiões, especialmente nas destacadas no segundo

conjunto de enunciados acima, podia constatar, inclusive, uma espécie de catarse acontecendo e uma alegria efusiva ocorrendo em face do que o locutor acabava de afirmar. A partir das minhas reações frente ao texto, a pergunta que começou a tomar forma foi se esses afetos seriam despertados em todos os leitores, independentemente da sua concepção de mundo e da posição social ocupada, o que parece dever ser respondido negativamente, pois imagino que a secretária aludida e que é objeto das críticas provavelmente não lerá o texto com a mesma simpatia e condescendência com que eu o fiz. Possivelmente, os afetos despertados nela não tenderão à concordância e, talvez, ela até se sinta ofendida com os procedimentos de discursivização utilizados pelo locutor, dispondo-se franca e cabalmente contra ele.

Como o leitor individual, na sua particularidade subjetiva, não pode se considerar a grade de leitura determinante do sentido do texto e nem pode pretender ser a palmatória do mundo, tratava-se de buscar apoio para a hipótese que cada vez mais parecia plausível. A forma de fazê-lo foi encontrada por meio da solicitação que outras pessoas lessem o texto e fossem anotando o que sentiam em relação ao que iam percebendo ser afirmado e defendido ou negado e repudiado pelo autor, sem dizer por que solicitava que isso fosse feito. Fiz o pedido de que dividissem em duas colunas os afetos ou sentimentos de que iam se dando conta partes durante a leitura em relação ao autor e em relação à secretária de educação. O objetivo era, sem que o soubessem, verificar se o que sentiam confirmava ou refutava a grade de sensibilidade que tinha me afetado. Os resultados são apresentados a seguir e reconheço de antemão que eles só cobrem, e minimamente, um lado do problema, não dando conta de confirmar ou refutar o feixe de afetos que suponho que aconteceria, se os leitores pesquisados fossem pertencentes à esfera de leitura simpática à secretária.

Nos dois primeiros grupos a que solicitei que fizessem a leitura do texto (uma turma de quarto ano de Letras e um grupo de estudo com alunos de mestrado), a orientação foi dada no sentido de que, à proporção que a atividade fosse ocorrendo, os participantes lançassem em colunas distintas os afetos que iam

sendo despertados pelo texto, tanto em relação ao autor, quanto em relação à secretária que recebia as críticas. Preciso ressaltar o fato de que nem tudo o que foi escrito em cada uma das colunas se referia a sentimentos ou afetos. Neste caso, optei por desconsiderar as respostas, buscando reter apenas o que pode ser considerado uma afeição. Os resultados estão na tabela abaixo que fala por si mesma, parecendo carecer de pouco comentário para elucidá-la ou torná-la mais compreensível ou relacionável à hipótese que estou apresentando e tento sustentar. Sobre a turma de terceiro ano que aparece na tabela, comento um pouco mais a seguir.

AFETO	AUTOR				AFETO	SECRETÁRIA			
	3º ANO	4º ANO	GE-MS	TOTAL		3º ANO	4º ANO	GE-MS	TOTAL
ADMIRAÇÃO	9	1	1	11	INDIGNAÇÃO	6	10	6	22
RESPEITO	1	2	6	9	RAIVA	8	6	3	17
SOLIDARIEDADE	4	2	1	7	DESPREZO	7	1	1	9
ÓRGULHO	1	2	1	4	ÓDIO	4	1	1	6
ALEGRIA	2	0	2	4	TRISTEZA	2	1	3	6
SIMPATIA	2	1	1	4	REVOLTA	3	2	1	6
AFEIÇÃO	1	1	1	3	ANTIPATIA	3	1	1	5
CONCORDÂNCIA	1	1	1	3	ASCO	2	1	1	4
ASSENTIMENTO	1	1	1	3	NOJO	2	1	1	4
ADORAÇÃO	1	1	1	3	REPULSA	2	1	1	4
SATISFAÇÃO	1	1	1	3	REPROVAÇÃO	1	1	1	3
EMPATIA	1	1	1	3	IRRITAÇÃO	1	1	1	3
					VERGONHA	1	1	1	3
					IRA	1	1	1	3
					HORROR	1	1	1	3
					DESOLAÇÃO	1	1	1	3
					DESGOSTO	1	1	1	3
					DECEPÇÃO	1	1	1	3
					ANGÚSTIA	1	1	1	3

No caso dos afetos despertados em relação ao autor do texto, como se pode observar, há uma distribuição mais concentrada em torno de determinados sentimentos e as quantidades indicadas se organizam ao redor de um leque menor de opções, com a *admiração*, o *respeito* e a *solidariedade* encabeçando a lista e arrebanhando a maciça maioria das indicações efetuadas pelos participantes. Deve-se dar atenção ao fato de que, dentre os doze sentimentos alegados, não há algum que possa ser considerado como tendo um viés negativo de percepção sobre o autor: todos eles ocorrem no sentido de se posicionar favoravelmente a ele,

predominando um acento que tem como fio de amarração uma avaliação positiva e meritória. É claro que não se pode pretender que os sentimentos indicados possam ser considerados como remetendo a um afeto único, mas é possível afirmar que todos obedecem a uma mesma gradação valorativa e a uma mesma grade de percepção: eufórica e elogiosa.

Mutatis mutandis, a reflexão é exatamente a mesma para o que diz respeito à secretária de educação, devendo-se colocar as paixões num eixo contrário e num diapasão oposto: todas as paixões indicadas têm uma tonalidade negativa, ficando entre afetos menos terríficos, como a *reprovação* e o *desgosto*, e outros que alcançam um grau de ascendência elevada, em termos de paixões negativas, como o *asco*, o *nojo* e o *ódio*. Encabeçam a lista os sentimentos de *indignação*, *raiva* e *desprezo*. Embora o número de sentimentos indicados em relação à secretária seja maior do que com relação ao autor, deve-se atentar para o fato de que as afeições indicadas são comandadas por um fio condutor único de percepção: demeritória e depreciativa. No caso dela, apesar de o leque de opções se ampliar para dezenove, não há nenhum sentimento que revele simpatia ou respeito.

Parece ter-se que admitir que há uma percepção afetiva oposta em relação ao autor e à secretária, o que reitera a minha grade de afeições quando me deparei com o texto. Isto permite indicar uma primeira consequência do quadro observado: os grupos observados e eu comungamos uma mesma forma de relação afetiva com o tema em pauta: educação; seja no que diz respeito à forma de realizar investimentos nela, seja sobre os resultados do seu funcionamento. Mera coincidência? Acontece que eles e eu somos docentes ou viremos a ser em dada a formação recebida ou a receber, o que confirma a hipótese de que pertencemos a comunidades de sensibilidade ou ilhas afetivas que se produzem a partir de uma relação íntima com as condições socioculturais a que nos vinculamos.

A partir das alegações dadas pelos dois primeiros grupos, constatei que muitas das respostas apresentadas não se referiam a sentimentos, mas diziam respeito a adjetivações e emissões de juízos

de valor sobre os dois personagens em pauta. Em vez de indicarem a produção de determinados afetos, as expressões e termos utilizados se referiam a qualificações atribuídas ao autor ou à secretária. Decidi, então, solicitar à turma seguinte que, além de arrolar, em duas colunas, os sentimentos produzidos pela leitura do texto em relação aos dois personagens, ela, dividindo a folha de papel em quatro partes, usasse, em outras duas colunas, adjetivos que julgava que fossem cabíveis a cada um deles. Com relação aos afetos, eles se encontram contemplados na tabela acima. Sobre os adjetivos usados, a tabela abaixo apresenta o resultado da consulta feita.

AUTOR			SECRETÁRIA		
SINCERO – 5	INTELIGENTE – 15	HONESTO – 12	ACOMODADA – 1	CALCULISTA – 2	IDIOTA – 3
JUSTO – 2	POLITIZADO – 1	OUSADO – 2	INJUSTA – 2	NEGLIGENTE – 1	FALSA – 1
RACIONAL – 1	CONSCIENTE – 2	BONDOSO – 1	DESPREPARADA – 1	EQUIVOCADA – 2	INAPTA – 1
CRÍTICO – 10	GUERREIRO – 1	DEDICADO – 1	FÚTIL – 2	OPORTUNISTA – 1	HIPÓCRITA – 1
SAGAZ – 3	ASTUTO – 2	ESPERTO – 2	INCOMPETENTE – 7	NOJENTA – 1	CONIVENTE – 1
CORAJOSO – 3	DETERMINADO – 2	EFICIENTE – 1	IGNORANTE – 9	IMATURA – 8	EGOÍSTA – 1
			FRIA – 3	MENTIROSA – 1	IMBECIL – 1

Os resultados mostrados dizem respeito às qualificações usadas pelos participantes para se referirem ao autor do texto e à secretária e se pode perceber que o comportamento observado no que se refere aos afetos alegados por eles, os adjetivos utilizados são coerentes e reeditam a mesma matriz de sentido que, em teoria, deve ter servido para que as paixões sentidas fossem essas e não outras. Assim como os sentimentos experimentados para com o autor possuem um fio isotópico que os coloca num eixo semântico positivo, os adjetivos usados correspondem a essa mesma grade comportamental. Da mesma forma, os afetos com relação à secretária possuem uma coerência tematizadora negativa, o que é ratificado pelos adjetivos usados para qualificá-la. Creio ser possível,

pois, periféricamente, fazer uma afirmação a mais: não só as reações afetivas que sentimos são orientadas socioculturalmente, mas também, por decorrência, a adjetivação usada para emitir juízos de valor sobre o mundo é consistente com o posicionamento discursivo e ideológico que ocupamos e postulamos.

De posse desses dados, creio ser razoável pleitear que a hipótese deste estudo passou por um crivo relativo e adquire um estatuto de razoabilidade, embora, como reconhecido, seja pequeno o número de dados e ínfimo o quadro de observação, mas, como dito, a experiência poderá ser repetida a qualquer tempo, sendo negada ou ratificada. De qualquer forma, considerando o fato de que sou docente e vivo às voltas com problemas parecidos com os do autor do texto e tendo em conta que os participantes observados são estudantes de Letras e estão submetidos, mais ou menos, ao mesmo padrão discursivo que eu, parece razoável supor que constituímos, eles e eu, uma ilha afetiva cujo padrão de sensibilidade não é ditado por nenhum de nós em particular, mas por um sentimento de pertença comunitária que determina certo padrão de sensibilidade.

Considerações Finais

Como forma de conclusão provisória (muito provisória), penso que deva elencar algumas questões que podem ter alguma valia para outras reflexões: todas elas, de certa forma, servem para pôr em dúvida a hipótese que acabo de assumir. A primeira se refere ao fato de que os ânimos despertados nos leitores podem ter sido gerados tão somente pelo texto/discurso do autor e pela sua capacidade de produzir uma argumentação/persuasão suficientemente eficaz para agir sobre o seu interlocutor. A segunda diz respeito ao fato de, a julgar o que afirmam alguns psicólogos, termos a tendência de nos colocar ao lado daquele que parece ser o lado frágil e prejudicado de uma pendenga: de certa forma, estaríamos propensos a sermos solidários com os oprimidos e com a sua condição sofrida. A terceira é relativa à possibilidade de a adjetivação usada resultar de um acordo cultural, vindo os adjetivos

e os sentimentos indicados das experiências que nos açambarcam, seja pela mídia em geral, seja pelos contatos corriqueiros que mantemos. De qualquer modo, a tentativa de buscar qualquer outro caminho pode ser uma saída interessante se a hipótese parecer insustentável.

Duas hipóteses menores ficam como sugestão para outros estudos: a) a adjetivação, bem como as paixões experimentadas, sofre uma determinação de ordem social e cultural e não são decididas pelo sujeito individual e subjetivo que, dada a sua particularidade histórica, decidiria o que sentir e como julgar; b) a quantidade de paixões positivas que conseguimos manifestar e nomear, pelo menos em aparência, é menor do que as que se situam no seu eixo contrário, o que serviria para revelar que somos egocêntricos e narcisistas e pretendemos que o mundo se faça à nossa imagem e semelhança. As duas hipóteses não parecem nada confortáveis. A primeira, se levada à radicalidade, aponta que amamos o que é dado como amável pela sociedade e não aquilo que, a partir do nosso livre arbítrio, definimos que possa ser amado (assim sendo, o mesmo se aplica a todos os outros afetos e paixões). A segunda revela que o homem constitui o seu mundo ao redor do que se acostuma a ver como normal e aceitável, valendo-se dos mais variados recursos para fazer com que aquilo que o cerca se dobre a sua vontade: às vezes, a fofoca, a intriga, o autoritarismo e, no limite, a guerra, o genocídio e a supressão.

Por fim, devo chamar a atenção para uma limitação incontornável deste estudo: se a hipótese parece razoavelmente bem assentada por ter sido ratificada por um conjunto de dados, não posso deixar de reconhecer que o limite observacional se ateu a um conjunto de pessoas que supostamente partilham dos mesmos valores que eu, o que poderia ter levado a encontrar no final do trabalho o que se sabia que se encontraria quando ele começou a ser realizado. Uma recomendação enfática pode ser feita no sentido de a experiência ser realizada com um grupo diferente de pessoas: se possível com aquelas que circundam a secretária criticada e que participam do seu grupo social, cultural e político, principalmente, para verificar se os eixos afetivos e de adjetivação se invertem ou seriam mantidos.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Discurso na vida e discurso na arte.** Trad. Cristóvão Tezza. New York: Academic Press, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 19.ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREUD, Sigmund. **Os chistes e a sua relação com o inconsciente.** Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969.